



Prefeitura Municipal de Maricá

[illegible]



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Maricá

FOLHA DE ROSTO DO PROCESSO

Nº DO PROCESSO	0019184/2024	DATA DE ENTRADA	06/08/2024 14:05:49
SETOR DO USUÁRIO	COMISSÃO DE LICITAÇÃO		

ASSUNTO	LICITAÇÃO / IMPUGNAÇÃO DE EDITAL
COMPLEMENTO	IMPUGNAÇÃO AO PE 15/2024


DADOS DO REQUERENTE

REQUERENTE	INFOTECCH SOLUCOES CORPORATIVA EM TI LTDA		
TELEFONE	CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL)		
(11) 2626-0589			

DOCUMENTOS ANEXADOS E NÃO ANEXADOS

DOCUMENTOS	OBSERVAÇÃO	ANEXADO?

USUÁRIO DA CRIAÇÃO DO PROCESSO
107974-JULIANA LOPES DA SILVA--ASSESSOR 3 - AS 3

 Estado do Rio de Janeiro Prefeitura Municipal de Maricá	Nº DO PROCESSO 0019184/2024	DATA ABERTURA 06/08/2024 14:05:49
REQUERENTE INFOTECCH SOLUCOES CORPORATIVA EM TI LTDA		
ASSUNTO LICITAÇÃO / IMPUGNAÇÃO DE EDITAL		
COMPLEMENTO IMPUGNAÇÃO AO PE 15/2024		

ILMO. SR. PREGOEIRO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024
Processo nº 22066/2023.

A EMPRESA INFOTECCH SOLUÇÕES CORPORATIVA EM TI LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 14.164.876/0001-88, com sede na **Rua Orense, 41 – Sala 402 – Centro – Diadema – SP – 09920-650**, vem, por seu representante legal abaixo assinado, na forma e no prazo do item 1.8.1, do Edital do Pregão eletrônico nº 15/2024, c/c o artigo 164, da Lei nº 14.133/2021, apresentar

IMPUGNAÇÃO

aos termos do aludido Edital e do Termo de Referência que o encarta, e o faz pelas razões de fato e de direito adiante aduzidas.

I - OBJETO.

O objeto do Pregão Eletrônico nº 15/2024 é a *“contratação de empresa especializada no fornecimento de solução de Serviços de Computação em Nuvem, de modelo híbrido (privada e pública), incluindo Hardware e software, com serviços de: concepção, projeto, provisionamento, configuração, manutenção, treinamento, administração, gerenciamento, monitoramento, backup, migração, suporte técnico especializado do ambiente em regime 24x7 e autosserviço sob demanda, que atenda de forma ampla às demandas da Prefeitura Municipal de Maricá – PMM”*.

Data máxima venia, o Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe, e o Termo de Referência que o encarta, trata, em um mesmo bojo, de

serviços com natureza absolutamente distintas, cuja aglutinação, em um mesmo objeto inviabiliza a apresentação de preço e solapa os princípios da ampla concorrência e da economicidade.

Senão vejamos.

II - MÉRITO

a. Itens 4.1.1 e 4.1.2. do Termo de Referência – aglutinação de serviços com naturezas distintas

O item 4.1.1 e 4.1.2, do Termo de Referência que encarta o Edital, dispõem:

“4.1.1 O presente objeto se caracteriza como Serviço Comum, “Os bens objeto desta Contratação são caracterizados como comuns, nos termos do inciso II do art. 3º do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e do inciso XIII, art. 6º, capítulo III – Das Definições, da Lei Federal nº 14.133/2021”.

4.1.2 O Objeto não se caracteriza como bens de luxo, e sim como serviço essencial à implementação de soluções ágeis, inovadoras e de alta qualidade para os cidadãos, visando a otimização dos recursos públicos”

Data maxima venia, os serviços objeto do Edital não podem ser caracterizados como “comuns”, tal como o fazem os itens 4.1.1 e

4.1.2. Com efeito, o item 1.1, do Edital, é cartesiano ao dispor que somente *empresa especializada no fornecimento de solução de Serviços de Computação*, pode participar do certame.

Ora, ao exigir que a participante seja “especializada” evidentemente não se está tratando de serviços comuns, comezinhos, mas sim diferenciados e especiais. Sobretudo por se tratar a contratação de múltiplos objetos.

Tanto é verdade que o item 3.2.1, do Termo de Referência, impede a participação de cooperativas no certame, justificando tal restrição justamente em razão da especificidade dos serviços, *verbis*:

“3.2.1. Não será permitida a participação de cooperativas, tendo em vista que a natureza dos serviços e o modo como serão executados, exige subordinação jurídica entre o obreiro e a contratada, principalmente no que se refere ao serviço previsto nos itens que tratam de serviços técnicos especializados”.

O Impedimento à participação de cooperativas, aliado ao objeto da contratação, que exige empresa especializada para participar do certame, se analisados em cotejo com as disposições contantes dos itens 4.1.1 e 4.1.2, que tratam os serviços licitados com “comuns”, revela uma evidente contradição.

Fossem os serviços “comuns”, por que exigir empresa especializada para prestá-los e impedir a participação de cooperativas? Não haveria razão lógica para tais restrições.

Essa dicotomia ocorre porque o objeto licitado contempla múltiplos serviços. Alguns, de fato, especializados, enquanto outros, comuns.

b. multiplicidade de objetos – impositivo fracionamento da contratação.

A leitura do item 4.1., do Edital revela a inegável multiplicidade de natureza dos objetos licitados no Pregão Eletrônico em epígrafe (serviços de *softwares*, serviços de fornecimento de *hardwares*, serviços de alocação de espaço, serviços de refrigeração e climatização de ambiente, serviços de telecomunicações, serviços de treinamento, serviços de gestão de projetos).

É evidente, como mostra a experiência e o sólido entendimento dos Tribunais de Contas, que a aglutinação em demasia de objetos licitados, restringe os princípios da competitividade e a economicidade.

In casu, o objeto da contratação não é de *outsourcing*, mas sim de serviços diferentes num mesmo pacote. Perdoe-se o truísmo, mas aquele que presta serviços de climatização, não fornece *software* e *hardware*. Aquele que presta serviços de telecomunicação, não faz treinamento, etc.

O objeto licitado, quanto aglutinado em um único item, impede até mesmo a cotação de preços, posto que impreciso.

c. item 4.1.5, do Termo de Referência - Restrição à competitividade.

O item 4.1.5 assim dispõe:

“4.1.5 Quanto à habilitação específica, a solução deve estar em conformidade com o estabelecido na ISO 27001, ISO 27017, ISO 27018, SOC 2, SOC 3 E HIPAA”;

Não há razão logística ou técnica que justifique a exigência, além de draconiana, por restringir a competitividade do certame de forma desarrazoada, sem qualquer amparo legal ou técnico, tal exigência ofende o princípio da economicidade, que deve nortear as licitações públicas.

Senão vejamos.

Incumbe à Administração Pública justificar as exigências que antecedem o ato convocatório, sob pena de ilegalidade. Isso porque, ainda que seja lícito à Administração propor exigências mínimas para que os participantes desenvolvam a atividade objeto da licitação, tais requisitos devem guardar respaldo ante a razoabilidade e conformidade com o serviço a ser contratado.

A discricionariedade na fixação de critérios técnico deve resultar de um processo fundado de escolhas lógicas, advindo de uma relação de causa e consequência entre a capacidade do participante desenvolver a atividade e a realização do serviço objeto do certame. Marçal Justen Filho explicita *“sempre que [a Administração Pública] estabelecer exigência restritiva, deverá apresentar fundamento técnico-científico satisfatório. Deve evidenciar motivos técnicos que conduzem à similitude entre o objeto licitado e a exigência constante do edital”* (in Comentário à Lei de Licitação e Contratos, 10 Ed., p. 743).

In casu, a ISO 27001 é norma de segurança internacional que estabelece requisitos para gerenciamento eficiente de um determinado Sistema de Gestão de Segurança da Informação.

Evidentemente, a eficiência na gestão dos sistemas deve ser algo que a administração pública busque em suas contratações. Tal eficiência, entretanto, pode ser aferida sem que se exija que a participante tenha o “selo” ISO.

Com efeito, não é incomum que prestadoras de serviços especializados em Sistema de Gestão e Segurança da Informação possuam seus próprios mecanismos de controle, por vezes ainda mais robustos que os exigidos pela certificação ISO, mas não possuam tal certificação.

Ademais, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União é remansosa ao prever a impossibilidade de se exigir certificações ISSO como critério de habilitação de propostas, justamente porque a falta delas não significa que o prestador de serviços esteja inabilitado para prestá-los.

Ademais, o artigo 67, da Lei nº 14.133/2021, que trata acerca da qualificação técnico-profissional do participante, é meridiano ao restringir a documentação aos elementos indicados em seus incisos I a VI¹.

A certificação ISO não está entre tais elementos e sendo a norma restritiva, como especificamente aduz o *caput* do artigo 67, não pode a administração pública dela se afastar

É razoável que a Administração Pública, no bojo do Pregão Eletrônico em epígrafe, exija dos concorrentes a comprovação da qualificação técnica como forma de aferir a capacidade de desempenhar a atividade alvo, mediante apresentação de elementos que traduzam a eficiência de seus sistemas e produtos, mas condicionar sua participação à apresentação das certificações ISO constitui inegável cerceamento ao princípio da competitividade.

III - CONCLUSÃO.

¹ Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Feitas as considerações acima, a **EMPRESA INFOTECCH SOLUÇÕES CORPORATIVA EM TI LTDA** serve-se da presente para impugnar o Edital do Pregão Eletrônico nº 15/2024, requerendo o acolhimento das razões acima declinadas e, de consequência:

- a. desmembramento dos serviços “comuns” dos “especializados”; e
- b. que os serviços que sejam de fato “comuns”, sejam licitados em separado daqueles considerados como “especializados”.

Termos em que,

Pede deferimento.

Diadema, 05/08/2024

Assinado de forma
digital por JOSE

JOSE MARIA COUTO MARIA COUTO
JUNIOR:13997014876 JUNIOR:13997014876

Dados: 2024.08.05
17:42:08 -03'00'